

# Imperialismo e Urbanização na América Latina no Capitalismo do Século XXI: por uma agenda de pesquisa a partir do Brasil

(Tema 5. El desarrollo de la teoría territorial latinoamericana)

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro<sup>1</sup> ([lcqribeiro@gmail.com](mailto:lcqribeiro@gmail.com))

Nelson Diniz<sup>2</sup> ([nelson.filho.1@cp2.edu.br](mailto:nelson.filho.1@cp2.edu.br))

## 1. Introdução

Estão em curso, no Brasil do século XXI, profundas transformações estruturais. Se, por um lado, há muitas abordagens distintas que buscam problematizar essas transformações, por outro, existe relativo consenso na identificação das principais tendências de mudança. Referências à financeirização, à desindustrialização e à reprimarização da economia brasileira estão bastante em voga, tanto quanto crescem os debates acerca da digitalização/plataformização do mundo do trabalho e do espaço urbano. Também começa a ser desenhado um consenso em torno da seguinte constatação: combinadas, essas tendências reforçam a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho (DIT), aprofundando sua histórica condição de dependência, o que permite falar, no limite, de um processo de “reperiferização” do país. Vejamos por quê.

No Brasil, o principal efeito agregado das mudanças econômicas, tecnológicas e geopolíticas do século XXI é a perda da capacidade de controlar, com o mínimo de autonomia, os padrões de inserção do país no capitalismo global. Isso porque, para utilizar uma expressão de Pochmann e Silva (2023), a longa trajetória de “desmodernização neoliberal” operou, justamente, no sentido da desconstrução dessa capacidade. Ainda que algumas iniciativas tenham sido realizadas em sentido contrário, como as tentativas de construir certo protagonismo nas relações Sul-Sul, no âmbito do G20 e dos Brics.

Assim, para compreender o Brasil do século XXI, é necessário delimitar ao menos duas fases. A primeira, dos anos 1930 aos 1980, correspondente ao período do desenvolvimentismo e da industrialização substitutiva. Ainda conforme Pochmann e Silva (2023), esse período resultou na construção de um sistema produtivo complexo, diversificado e integrado, dotado de fortes encadeamentos intersetoriais. Estabelecido esse

---

<sup>1</sup>Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Pesquisador Emérito da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Pesquisador 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Pesquisador Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro. Brasil.

<sup>2</sup>Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor do Departamento de Geografia e da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II (CPII). Pesquisador do Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro. Brasil.

sistema, o Brasil ascendeu à condição semiperiférica. Em suma, essa foi a fase de formação e integração do mercado nacional, ainda que com significativas desigualdades sociais e regionais. Entretanto, para lembrar a expressão-síntese de Celso Furtado (1992), essa “construção foi interrompida”.

Na verdade, daí por diante, o que se viu foi não apenas a interrupção, e sim a desconstrução da trajetória anterior, abrindo uma nova fase, do final dos anos 1980 até o presente: a fase de hegemonia do neoliberalismo, em que pese a ambiguidade do período neodesenvolvimentista (2003-2016). Nela, em virtude do aprofundamento das tendências supramencionadas (financeirização, desindustrialização, reprimarização e, mais recentemente, digitalização/plataformização) o país foi convertido em uma tripla plataforma: de exportação de *commodities*, de valorização financeira e de expansão do comércio e dos serviços digitais.

Desde então, o país tem amplas dificuldades de retomar um projeto de desenvolvimento nacional. Daí porque Pochmann (2021) e Bombardi (2023) cheguem mesmo a identificar o surgimento, no Brasil contemporâneo, de relações neocoloniais de dominação. O que faz lembrar os argumentos de Sampaio Jr. (1999), que, desde o final dos anos 1990, defende que “a globalização dos negócios tende a provocar um processo de reversão neocolonial nos países [...] da periferia do sistema capitalista” (p. 145). Para nós, trata-se, como dito, de tendências de retorno à condição periférica, na medida em que o país perde, quase por completo, a capacidade de controlar sua própria historicidade.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é propor um quadro de referências teóricas, além de tópicos para uma agenda de pesquisa que permitam atualizar o clássico debate sobre a “urbanização dependente” na América Latina, desdobrando o que fizemos em trabalhos anteriores (Ribeiro; Diniz 2022; 2025a; 2025b). Isto é, continuamos em busca de um marco teórico que, sem perder de vista a tradição do pensamento crítico latino-americano, favoreça a compreensão das mudanças estruturais da ordem urbano-regional brasileira em face das características do capitalismo do século XXI.

Mas por que estamos voltando a esses debates? Por que seguimos falando de dependência e de urbanização dependente? Antes de prosseguir com nosso objetivo, devemos explicitar, na seção 2, nossas justificativas. Além dela, o artigo está dividido em mais três seções. Na seção 3, apresentamos nossa caracterização do capitalismo contemporâneo, assinalando a existência tanto de um “padrão de acumulação” quanto de um “modo de operação” do capital predominantes no século XXI. Na seção 4, fazemos o mesmo a respeito da “atual forma histórica da dependência” e do “padrão de reprodução

do capital” que estão em vigor no Brasil. É igualmente nesta seção que sugerimos alguns tópicos para o desenvolvimento de pesquisas subsequentes sobre a nova urbanização dependente. Na seção 5, isto é, nas considerações finais, ressaltamos a necessidade de considerar, ainda, o advento de um novo ciclo de superexploração do trabalho e de espoliação urbana no país, tanto quanto o papel ativo do Estado na promoção da dependência e da urbanização dependente.

## **2. Por que voltar aos debates sobre a dependência e a urbanização dependente?**

A conjuntura político-intelectual que deu origem à “teoria ou às teorias da dependência”, no decorrer dos anos 1960-1970, foi uma das mais ricas na história do pensamento social latino-americano. É certo que existiam polêmicas e diferenças entre os diversos autores que se ocuparam do conjunto de questões e problemas que viriam a ser identificados, na expressão de Svampa (2023), com o “campo ampliado da dependência”. Uma noção, diga-se de passagem, que evita falar em “teoria” da dependência, pois há uma controvérsia sobre se esse campo se constituiu, de fato, como uma teoria. Não obstante, havia um marco comum de reflexão, sobretudo entre os autores da chamada “teoria marxista da dependência” (TMD), que girava em torno dos seguintes aspectos:

- i) As formações sociais latino-americanas são constitutivamente dependentes, pois surgiram como subproduto da expansão do capitalismo europeu. Sendo assim, é necessário, para compreendê-las, considerar sua posição (e margem de ação) no nível das relações globais de acumulação de poder e capital;
- ii) O sistema capitalista mundial está organizado por intermédio de relações centro-periferia, o que abre caminho para que os Estados e empresas do centro capturem parte dos excedentes criados nas economias periféricas;
- iii) Não há como entender os fundamentos dessas transferências de valor sem levar em conta as relações internacionais de dominação, que ora aproximam, ora opõem os interesses das classes dominantes e dominadas nos dois polos da relação centro-periferia. Ainda que o resultado principal, no que concerne a esse aspecto, seja a tendência de identificação, numa posição subserviente, dos interesses das classes dominantes da periferia com os interesses das classes dominantes do centro. Um corolário possível, aqui, é o do aumento da exploração das classes dominadas da periferia como uma forma de compensar a transferência de valor dos países periféricos para os países centrais. Esse foi o núcleo da argumentação de Marini

([1973] 2005) sobre a superexploração do trabalho como característica estrutural das formações sociais latino-americanas;

- iv) A dependência não é uma categoria estática. Ou seja, como veremos mais adiante, os mecanismos de dominação e de transferência do valor mudam com o tempo e se diferenciam no espaço. Daí porque os constantes debates acerca das “novas dependências”, a começar pelo próprio debate fundacional do campo dependentista, que considerava a entrada das multinacionais nos mercados internos latino-americanos, nos anos 1960-1970, como uma nova forma histórica da dependência.

Sustentamos que há duas razões principais para retomar e atualizar os debates sobre a dependência. Em primeiro lugar, uma razão teórico-metodológica, pois o conceito de dependência e seus desdobramentos permitem conectar a totalidade com as particularidades do capitalismo, superando dicotomias que opõem “fatores internos” e “fatores externos” na compreensão das especificidades de cada formação social dependente. E, além disso, uma razão histórica, tendo em vista que, atualmente, a realidade de países como o Brasil está cada vez mais determinada pelo que se passa no nível das relações de dependência.

No que tange aos debates acerca dos nexos entre urbanização e dependência, é sempre pertinente recordar que eles ficaram registrados, principalmente, em duas coletâneas seminais, intituladas “*Imperialismo y urbanización en América Latina*” e “*Urbanización y dependencia en América Latina*”. Respectivamente organizadas por Manuel Castells (1973) e Martha Schteingart (1973), essas coletâneas reúnem contribuições de Aníbal Quijano, Fernando Henrique Cardoso, José Luis Corragio, Lúcio Kowarick, Marcos Kaplan, Milton Santos, Paul Singer, entre outros autores, que se empenharam em refletir sobre o seguinte: até que ponto, tendo em vista a posição subordinada da região, é possível falar, nos termos de Castells (1973), da organização espacial latino-americana como “possuidora de certa problemática comum”?

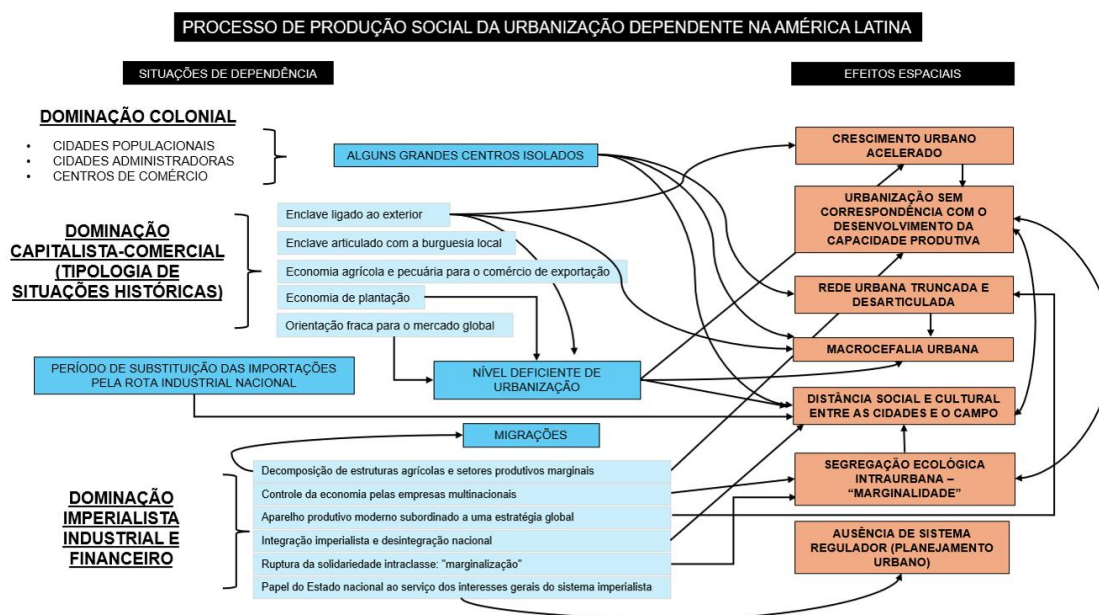
Apesar das polêmicas e diferenças que existiam entre esses autores, estabeleceram-se, então, uma série de questões em torno das articulações possíveis entre as formas históricas da dependência e as dinâmicas de produção social do espaço.

Por exemplo, aos processos de industrialização que marginalizavam (ou incorporavam com baixos salários e poucos direitos) grandes contingentes de força de trabalho, corresponderiam problemas relacionados à expansão das periferias e das

moradias precárias. Por mais que esses autores estivessem bastante cientes de que não havia uma relação direta e mecânica entre “marginalidade social” e “marginalidade urbana”.

Mas outras articulações foram apresentadas no âmbito desses debates. Ainda conforme Castells (1973), a contrapartida espacial da formação de economias de enclave, em alguns países latino-americanos, seria o caráter truncado e desarticulado das redes urbanas, que tendiam à macrocefalia. O expressivo êxodo rural e as mudanças nas relações campo-cidade, por sua vez, não eram necessariamente regulados por um sistema de planejamento, agravando os problemas urbanos. Enfim, a Figura 1 oferece uma síntese das articulações elaboradas por Castells (1973) entre as “formas de dominação”, as “situações de dependência” e seus “efeitos espaciais”.

**Figura 1 – Quadro-síntese da urbanização dependente latino-americana conforme Manuel Castells**



Fonte: Castells (1973).

A hipótese central que estamos sustentando é a de que é ainda mais verdadeiro dizer, atualmente, que existe uma problemática espacial comum derivada da posição subordinada da América Latina, do Brasil em particular, no sistema capitalista. Isso porque, como dito acima, a atual forma histórica da dependência diminuiu ainda mais a margem de autonomia dos países da região, tanto quanto tornou mais fortes e diretos os nexos entre dependência e produção social do espaço.

Como já tivemos oportunidade de explicitar em trabalho anterior (Ribeiro; Diniz, 2025a), o esforço de atualização do debate sobre a urbanização dependente se justifica por três motivos principais. Quais sejam:

- i) Superar o que Oliveira (1978) chamava de “fenomenologia dos problemas urbanos”. Isto é, uma maneira de considerar a questão urbana, em seus diferentes aspectos, sem oferecer um argumento a respeito da “unidade”, da “ordem” que unifica esses mesmos problemas numa totalidade;
- ii) Oferecer referências históricas, teóricas e de compreensão da questão urbana na América Latina que permitam ir além do “globalismo teórico”. Quer dizer, referências que contornem a excessiva busca por abordagens dos países centrais para explicar os dilemas da ordem urbano-regional latino-americana. Com expressões mais contemporâneas, poderíamos afirmar que as abordagens do “Norte global” são bem-vindas e até necessárias, mas nunca suficientes para compreender a especificidade dos processos de produção social do espaço tal como eles ocorrem no “Sul global”;
- iii) Mas, também é nossa intenção superar ao que se constitui ao nosso ver o equívoco do “abstracionismo teórico” – algumas vezes resultante do erro anterior - pelo qual busca-se deduzir nas análises das realidades históricas latino-americanas relações de causalidade a partir da mobilização ortodoxas de categorias teóricas formuladas em níveis muito abstratos do entendimento da dinâmica capitalista historicamente concretas<sup>3</sup>;

---

<sup>3</sup> A este propósito, vale à pena lembrar as palavras iniciais com as quais Ruy Mauro Marini apresentava em 1973 o ponto de partida da sua Dialética da Dependência.

“Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isso tem ocorrido, sobretudo, no campo da história Econômica. O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretenso enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação.”

- iv) Fortalecer as redes e iniciativas de pesquisa que impulsionam a teoria urbana crítica latino-americana, atualizando-a, mas sem perder de vista sua longa tradição, como é o caso da RELATEUR.

Claro está que não se trata mais das mesmas “formas de dominação” e “situações de dependência”, com seus respectivos “efeitos espaciais”. Já foi sugerido que há uma nova forma histórica da dependência no século XXI. E, portanto, como temos defendido (Ribeiro; Diniz, 2025a; 2025b), existem novas tendências, dinâmicas e morfologias socioterritoriais correspondentes. Porém, antes de propor uma agenda de pesquisa em torno delas, é necessário apresentar as caracterizações do capitalismo do século XXI e da dependência contemporânea com as quais estamos trabalhando.

### **3. O capitalismo do século XXI**

Há um amplo leque de conceitos empregados para descrever e analisar o capitalismo do século XXI, envolvendo ideias que circulam nos mais variados campos das ciências sociais. Foi assim que surgiram termos e expressões tais como “capitalismo sob dominância financeira” (Chesnais, 2002), “capitalismo financeirizado” (Lapavistas, 2009), “capitalismo de plataforma” (Srnicsek, 2017), “capitalismo financeiro-rentista” (Bresser-Pereira, 2018), “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019), “capitalismo rentista” (Christophers, 2020) etc. Há, inclusive, alusões a respeito do fim do capitalismo, como na hipótese do advento do “tecnofeudalismo” de Varoufakis (2025).

Apesar das muitas variações de linguagem e abordagem, a maioria delas busca identificar o padrão de acumulação do capital predominante no século XXI. É comum que essa busca remonte aos anos 1970, isto é, à conjuntura de esgotamento do “regime de acumulação fordista”. Esse é o caso das abordagens de inspiração regulacionista, bastante difundidas no campo dos estudos urbanos e regionais, ao menos desde que David Harvey ([1989] 2008) publicou “*Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*”, levantando a hipótese do “regime de acumulação flexível”.

A despeito de algumas divergências, existe um consenso, na literatura sobre a derrocada do fordismo, que aponta para a sobreacumulação de capital, em nível global, como principal fator da crise desse regime. Sobreacumulação entendida como uma situação na qual há mais capitais disponíveis do que oportunidades de reinvestimento desses mesmos capitais na esfera da produção. A procura por alternativas de investimento, nessa conjuntura de crise, desencadeou uma série de ondas sistêmicas de inovação (de

produto, de processo, tecnológicas, institucionais, locacionais, organizacionais etc.). Recorrendo às palavras de Chesnais (2002), pode-se dizer que essas ondas resultaram na conversão do capital que “se valoriza sob a forma de aplicação financeira” em “fração dominante [...] que tem condição de comandar as formas e o ritmo da acumulação” (p. 2).

Cabe lembrar, ainda, a questão deixada em aberto por Harvey ([1989] 2008): estaríamos testemunhando a efetiva emergência de um novo padrão de acumulação ou apenas um “reparo temporário” das contradições do capitalismo? Transcorridas quase quatro décadas desde a publicação de *Condição pós-moderna*, parece bastante razoável dizer que o que surgiu, de fato, foi um novo padrão ou regime sistêmico de acumulação. Mas o que é indispensável para descrever as características desse novo regime? A esse respeito, recorrendo, agora, a uma expressão de Antunes (2023), é possível afirmar que, dos anos 1970 em diante, instaurou-se algo como um “processo de reestruturação produtiva permanente”. Isto é, um ininterrupto processo de transformação não só do “mundo do trabalho”, mas da acumulação em geral, que atende ao imperativo de encontrar novas fronteiras de valorização para um volume crescente de capitais altamente concentrados e centralizados, que tendem a permanecer em sua forma financeira. Tudo isso elevando os patamares da crise estrutural do capital (Mészáros, 2009), uma vez que essa procura por alternativas de investimento redundou em pressões cada vez maiores sobre os recursos naturais e a força de trabalho global.

Enfim, considerando a grande variedade de abordagens que circulam no âmbito desse debate, parece-nos fundamental enfatizar ao menos duas delas: as que mobilizam, respectivamente, os conceitos de rentismo e de neoextrativismo, com os quais é possível estabelecer, em linhas gerais, as características do “padrão de acumulação” e do “modo de operação do capital” predominantes no século XXI.

### **3.1 O rentismo como “padrão de acumulação” do capital**

O capitalismo do século XXI está organizado, acima de tudo, em conformidade com uma “lógica rentista”, cujo fundamento se encontra na hipertrofia e na centralidade das finanças. Daí porque a ampla difusão do conceito de financeirização, utilizado para compreender como a “dominância financeira” se expressa em diversos domínios (financeirização das empresas, do Estado, da moradia, da natureza etc.). No entanto, mais do que a financeirização é o rentismo que funciona, atualmente, como padrão de acumulação, porque o que se passa na vida econômica em geral está crescentemente

subordinado aos ritmos e às expectativas de retorno dos investimentos realizados sob essa lógica rentista. Mas o que é o rentismo e como ele se manifesta?

Para responder a essa questão podemos recorrer aos argumentos de autores como Christophers (2020), para quem o capitalismo contemporâneo (o capitalismo rentista) é um sistema baseado, prioritariamente, na “apropriação de rendas” e não necessariamente na produção de bens e serviços. Ou seja, no século XXI, o poder econômico dos principais agentes capitalistas (os rentistas) está fundado, notadamente, no controle da propriedade de ativos (antes de tudo financeiros) dos quais é possível extrair rendas sem que isso implique a participação direta nos efetivos processos de criação do valor.

Assim, os “capitais de aplicação financeira”, para utilizar, mais uma vez, os termos de Chesnais (2002), tendem a compor variados portfólios de ativos (títulos, ações, participações em fundos financeiros, mas também terras, imóveis, infraestruturas, patentes, marcas etc.) dos quais capturam valor (na forma de aluguéis, royalties, juros, dividendos etc.) sem se comprometer e/ou responsabilizar pelo que ocorre, de fato, na esfera da produção propriamente dita. Como observa Paulani (2016):

[...] se quiséssemos definir de modo sumário o regime de acumulação contemporâneo, que arrasta consigo seu modo específico de regulação, talvez pudéssemos dizer que se trata de um capitalismo dominado pela finança, onde a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção e propriedade que é cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção, um capitalismo, portanto, essencialmente rentista, onde o capital cada vez mais tem por argumento nomes, ao invés de terrenos e aparatos produtivos, enquanto os meios de produção revelam a importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. Já que a mão de obra e as máquinas parecem estar sendo cada vez mais deslocadas pelo conhecimento e pela informação, já que os capitais associam-se em holdings cada vez mais afastadas do chão da produção, já que os capitalistas são cada vez mais difusos grupos de investidores associados em fundos, consórcios e *private equity*s, já que os principais ativos das empresas são imagens, marcas e patentes, parece que o capital terceirizou a exploração, delegou a outrem o trabalho de comandar a expropriação, deixou de lado o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos. Seus rendimentos agora não têm nada que ver com a atividade de explorar e ser explorado, eles são “direitos” que a propriedade lhe confere (p. 533-534).

Seja como for, nada autoriza dizer que a exploração do trabalho e dos recursos da natureza tenham deixado de ser o fundamento da criação do valor. O que ocorre é que os principais agentes capitalistas, os que operam na esfera das “altas finanças”, orientam seus investimentos, principalmente, para extrair rendas oriundas do controle monopólico sobre determinados ativos. E, ao fazê-lo, “terceirizam”, para agentes capitalistas de menor envergadura, o “trabalho da exploração”. Isto é, o lucro propriamente dito, o “lucro do empresário” ou do “capitalista funcionante”, nos termos clássicos de Marx ([1894] 1986a;

[1894] 1986b), não desapareceu. Porém, tornou-se cada vez mais subordinado pela lógica da apropriação do valor na forma da remuneração, antes de tudo, dos capitais portadores de juros e dos capitais fictícios, mas também na forma das rendas (diferencial, absoluta e de monopólio) correspondentes ao poder de propriedade sobre ativos diversos. Vejamos dois exemplos, para melhor compreender o que está em questão.

Como já está amplamente consolidado na literatura sobre as cadeias globais de valor<sup>4</sup> (CGV), inúmeros bens tecnológicos, de grande expressão na contemporaneidade, como aparelhos *iPhone*, por exemplo, não são direta e/ou totalmente produzidos pelas empresas que os criaram. Empresas que têm, portanto, o direito de propriedade sobre eles. No caso do *iPhone*, a Apple, com base nesses direitos, promove uma ampla terceirização/subcontratação de outras empresas, em várias partes do mundo, que vão produzir, efetivamente, os aparelhos. Quer dizer, seu poder econômico resulta, em primeiro lugar, do monopólio que exerce sobre os saberes, as técnicas, os padrões, as especificações, as patentes etc. que permitem fabricar telefones celulares exatamente como se espera que sejam os *iPhone* (da “marca” *Apple*). Cabendo sublinhar que esse poder se expressa, igualmente, pelo controle das capacidades logísticas, financeiras e informacionais que viabilizam o funcionamento dessa cadeia de valor em particular.

Portanto, o ativo central, no exemplo acima, é a própria marca, não interessando, em última instância, que os aparelhos tenham sido produzidos fora do estrito âmbito organizacional da empresa. Na verdade, é mais “econômico” que assim seja. Conseguimos entrever, desse modo, no mínimo, algo como uma “renda-marca” (*Apple*) e uma “renda-conhecimento” (patentes, padrões, especificações etc.), que, nos termos das categorias marxistas de rendimento, poderiam ser descritas como uma renda de monopólio, no primeiro caso, e uma renda absoluta, no segundo. Em resumo, é o controle sobre essa marca e esses conhecimentos que permite à empresa impor um preço que não corresponde ao que se passa, exclusivamente, na esfera da produção.

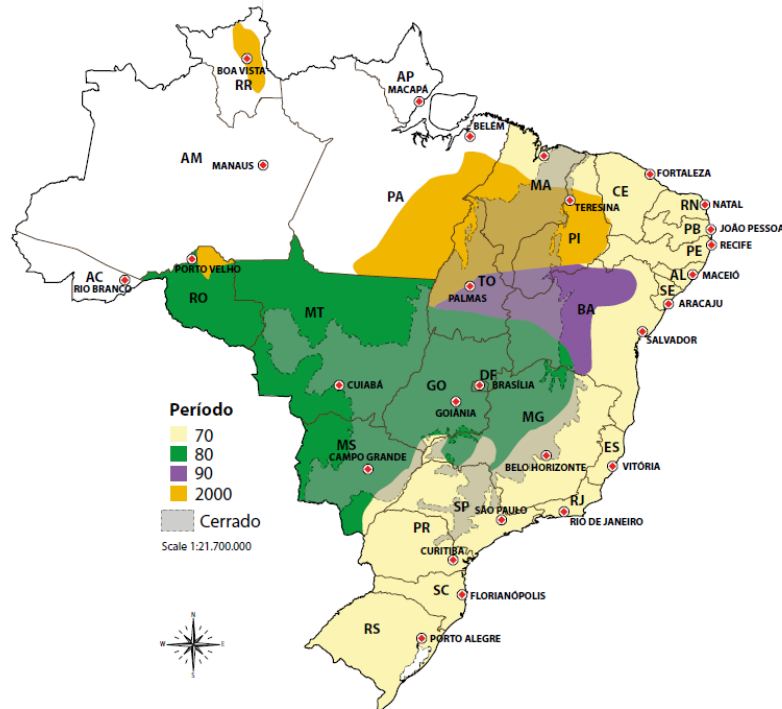
Consideremos, agora, um tipo de arranjo muito comum nos marcos dos processos de “financeirização da agricultura”, tal como analisados por Leite (2025). No território brasileiro, esse tipo de arranjo tem gerado e/ou incrementado pressões no sentido da expansão das fronteiras agrícolas, especialmente na direção de duas regiões: i) o “arco do desmatamento amazônico” (terras que se estendem do leste e sul do Pará em direção a oeste, abrangendo áreas dos estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre); e ii) o chamado

---

<sup>4</sup>Cf., por exemplo, as contribuições de Smith (2024) e Suwandi (2024).

MATOPIBA (os cerrados dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Trata-se de uma expansão que amplia o movimento realizado desde os anos 1970 (Figura 2).

**Figura 2 – Expansão das fronteiras agrícolas brasileiras (1970-2000)**



**Fonte:** Alves e Vieira Filho (2023).

Leite (2025) descreve casos como o dos fundos de pensão internacionais que operam adquirindo terras (ou títulos lastreados em terras) que serão arrendadas para que terceiros executem as atividades agropecuárias. Atividades organizadas, em geral, na forma da produção de *commodities* agrícolas, obedecendo às dinâmicas do agronegócio, ainda que nada impeça que outros modos de fazer agricultura, inclusive não capitalistas, possam ser mobilizados nesses arranjos, consolidando os processos de inserção subordinada do campesinato nas cadeias globais de valor da agroindústria.

Em síntese, a busca sistêmica por rendas (*rent seeking*) incide, subordina e repercute na economia real e na vida material de diversas maneiras. No caso acima apresentado, essa procura por rendas tem resultado na elevação dos preços das terras e no recrudescimento dos conflitos socioambientais, tornando ainda mais difícil qualquer alternativa de desenvolvimento para o campo brasileiro, uma vez que, como defende Alentejano (2015), a expansão do agronegócio impõe um “bloqueio estrutural à reforma agrária”.

Pois bem, é aqui que nosso argumento, ao sugerir que o rentismo deve ser definido como o padrão de acumulação predominante no século XXI, se conecta com o debate recente, sobretudo na América Latina, acerca do neoextrativismo.

### **3.2 O neoextrativismo como “modo de operação” do capital**

Partindo da revisão do debate oferecida por Svampa (2018), é preciso dizer, inicialmente, que a noção de neoextrativismo é muito disputada, operando “como categoria analítica e como conceito fortemente político” (p. 24). Isso se expressa em múltiplas perspectivas e numa “profusão de artigos e livros sobre o tema, que se estende ao uso que os atores afetados e os movimentos sociais fazem da categoria do neoextrativismo” (p. 24).

Ainda conforme Svampa (2018), o neoextrativismo também costuma ser reconhecido como padrão ou regime contemporâneo de acumulação, preponderante na América Latina e em outras regiões da periferia do capitalismo, como a África. Regime baseado na extração e exportação de recursos minerais, agrícolas e energéticos, tanto quanto na exploração aumentada de recursos hídricos e da biodiversidade. Desse ponto de vista, o neoextrativismo é concebido como uma atualização do extrativismo clássico, característico dos países latino-americanos desde sua constituição como colônias. Isto é, ele remete a mais uma rodada de especialização na produção e exportação de bens primários, após o esgotamento dos projetos de industrialização. Trata-se de um padrão que atingiu seu auge na conjuntura do “boom das *commodities*”, aproximadamente entre 2003 e 2016. E foi justamente nessa conjuntura, a do “Consenso das *commodities*”, nos termos de Svampa (2018; 2023), que surgiram basicamente duas perspectivas.

De um lado, estão autores como Linera (2013), defensores de um programa que pode ser resumido da seguinte forma: os governos progressistas latino-americanos, que chegaram ao poder naquela conjuntura, deveriam aproveitar a elevação dos preços internacionais dos produtos primários e promover uma ampla reespecialização nas atividades de produção e exportação de bens energéticos e agrominerais. Assim, seria possível mobilizar os recursos oriundos dessas atividades para impulsionar projetos de desenvolvimento, distribuir renda e resolver problemas históricos da América Latina.

Sem dúvida, trata-se de um programa distinto do que vinha sendo administrado ao longo dos anos 1980-1990, ou seja, na fase do “Consenso de Washington”, conforme o qual a exportação de *commodities* seria indispensável para reunir as divisas necessárias ao pagamento das dívidas externas. Divisas que, posteriormente, poderiam ser úteis (como foram, em alguns casos) para compor reservas em moeda estrangeira (sobretudo dólares),

com as quais os países latino-americanos se protegeriam de choques externos (como crises cambiais e interrupções do fluxo de capitais).

No outro lado das polêmicas acerca do neoextrativismo, estão autores e autoras como a própria Svampa (2018; 2023), além de Gudynas (2009), Acosta (2011), Zibechi (2017), dentre tantos outros. Nesse caso, a utilização do conceito é eminentemente crítica, ressaltando que a nova onda de produção e exportação de bens primários, numa escala maior, mais conectada e dependente dos fluxos econômicos globais, cria, recria e/ou amplia uma série de conflitos socioambientais. De acordo com essa segunda perspectiva, o neoextrativismo aprofunda e radicaliza a histórica condição de dependência da América Latina, tanto no que diz respeito às transferências de valor quanto no que concerne às trocas ecológicas desiguais. Estamos diante, portanto, de um conjunto de abordagens críticas que compreendem o capitalismo não só como “economia” ou “sistema-mundo”, mas, igualmente, como “ecologia-mundo”, para utilizar a designação de Moore (2022).

Sem dúvida, as polêmicas entre essas duas perspectivas são fundamentais para explicar algumas das principais tendências de mudança que estão em curso na América Latina, especialmente a desindustrialização e a reprimarização. Claro está que essas tendências incidem de maneira muito diversa entre os países da região. É o que têm demonstrado pesquisas recentes, como a de Santos e Corsi (2024), que comparam os impactos do *boom* das *commodities* em países como Equador, Bolívia, Brasil, México, Venezuela e Argentina. Seja como for, apesar da diversidade de situações, é possível discernir alguns traços comuns, como observam os referidos autores:

O *boom* de *commodities* contribuiu para o crescimento econômico, para a redução da pobreza e para a diminuição da vulnerabilidade externa no início do século XXI. Entretanto, as velhas estruturas extrativistas e a inserção dependente na economia mundial não se alteraram. Verificou-se nas últimas duas décadas um aprofundamento da reprimarização das exportações e do processo de desindustrialização, em especial na América do Sul. O Brasil, que possuía uma estrutura econômica complexa e diversificada, sofreu um processo de regressão estrutural. A Venezuela, o Equador e a Bolívia, apesar de terem sido governados por forças mais à esquerda durante o *boom* de *commodities*, não lograram redirecionar o desenvolvimento, mesmo tendo se apropriado por meio de nacionalizações e maior regulação estatal de parte considerável do excedente proporcionado pela política extrativista (Santos; Corsi, 2024, p. 194).

No entanto existe, ainda, um terceiro ponto de vista, tão importante quanto o anterior, justamente por nos levar a caracterizar o neoextrativismo não como um padrão de acumulação e sim como um “modo de operação” do capital. Estamos nos referindo às abordagens de Gago e Mezzadra (2017) e de Mezzadra e Neilson (2015; 2019), que propõem um “conceito ampliado de extrativismo”. Segundo essas abordagens, é necessário

promover uma releitura do conceito que extrapole os domínios do extrativismo *stricto sensu*, isto é, os domínios da exploração de recursos naturais. Apresentando semelhanças, tanto quanto diferenças, com o debate sobre a “acumulação por despossessão” (Harvey, 2004), o conceito ampliado de extrativismo abrange um amplo espectro de dinâmicas capitalistas contemporâneas, sublinhando a centralidade da extração como “lógica operativa” do capital globalizado (Mezzadra; Neilson, 2019). Lógica altamente pervasiva e que penetra em diferentes esferas da vida econômica e social, estimulando a acumulação do capital muito mais pela via da “apropriação” do que pela via da “criação” do valor. Daí porque a afinidade com o debate sobre o rentismo.

Mezzadra e Neilson (2015; 2019) defendem a existência de uma série de “operações de extração do capital” que estariam fundadas: i) na combinação de capacidades financeiras, logísticas e informacionais; e ii) na “lógica das fronteiras” (Mezzadra; Neilson, 2013), que impõe a reorganização dos territórios para abrir novas frentes de acumulação. De onde provém as semelhanças com o debate sobre a acumulação por despossessão, porque essa última lógica também é entendida como um vetor de conversão de bens comuns em mercadorias. Trata-se, enfim, de operações que permitem extrair excedentes a partir de uma posição de controle, e ao mesmo tempo de exterioridade, em relação a múltiplas formas de produção, interação e cooperação social.

Essa terceira perspectiva demonstra como a vida social em geral foi transformada em um vasto campo de captura do valor, envolvendo a extração de excedentes em esferas como a do endividamento familiar, a do trabalho reprodutivo, a das economias informais e a dos saberes tradicionais e práticas comunitárias. Importando, do mesmo modo, um olhar sobre as variadas frentes de acumulação no domínio da produção social do espaço (gentrificação, mercantilização, financeirização da moradia etc.). Há, do mesmo modo, uma ênfase na plataformação do trabalho, na mineração e/ou na manipulação de dados como novos territórios da extração. E talvez essa seja a forma mais apropriada, neste artigo, de aplicar o conceito ampliado de extrativismo.

Ao deter o monopólio das infraestruturas que conectam uma “multidão de usuários/consumidores” com uma “multidão de trabalhadores/fornecedores/prestadores de serviços”, as plataformas digitais são capazes de auferir lucros e capturar rendas a partir das atividades de motoristas, entregadores ou de negócios imobiliários, como no caso do aluguel de curto prazo, entre outros exemplos. E é precisamente daí que advêm seus direitos de reivindicação de parte dos excedentes: do controle monopolístico ou quase monopolístico sobre seu ativo principal, isto é, as infraestruturas digitais que viabilizam essa

conexão. As plataformas estão posicionadas, portanto, prioritariamente na esfera da circulação, capturando valor ao cumprir funções de intermediação que mobilizam complexas capacidades logísticas e dados georreferenciados que revelam as preferências dos consumidores. Trata-se, em síntese, de um modo de operação que atende ao padrão sistêmico de acumulação (o rentismo) e que tem ampla afinidade com os exemplos descritos anteriormente (o das cadeias globais de valor e o da financeirização do agronegócio).

Cabe dizer, por fim, que essa concepção ampliada do neoextrativismo não deve conduzir a uma leitura do capitalismo do século XXI como puramente informacional, desconectado da vida real, funcionando apenas na “nuvem”, na esfera dos bens intangíveis ou no mundo do trabalho imaterial. Isso porque, para que ele funcione desse modo, são necessárias quantidades cada vez maiores de energia, de recursos naturais e de trabalho material, o que vincula, mais do que nunca, o padrão de acumulação e os modos de operação do capital aos processos de produção social do espaço.

#### **4. Urbanização na periferia do capitalismo do século XXI**

Apresentada a caracterização do capitalismo contemporâneo com a qual estamos trabalhando, devemos fazer o mesmo com a atual forma histórica da dependência, assinalando, em primeiro lugar, que ela se manifesta como expressão de uma nova modalidade de dominação: a dominação “financeiro-informacional” ou “financeiro-tecnológica”. Ou seja, uma dominação que resulta:

- i) Do controle sobre grandes volumes de capital monetário, amplamente centralizados (em fundos financeiros, empresas multinacionais etc.) e que tendem a permanecer em suas formas mais líquidas, tornando cada vez mais importantes, como defende Chesnais (2016), as análises sobre o capital portador de juros e o capital fictício;
- ii) Do altíssimo grau de monopolização das inovações, em especial no campo das tecnologias da informação e da comunicação (como no caso das *Bigtechs*), o que remete à definição, sustentada por Amin (2011), do capitalismo contemporâneo como um “capitalismo de monopólios generalizados”;
- iii) Do neoimperialismo ou do “imperialismo do século XXI” que segundo J. Smith (2024) resultaria da globalização liberal e da financeirização que permitiram ao capital monopolista adquirir grande capacidade de mobilidade global e controlar os circuitos e fluxos mundiais da produção e circulação do valor e generalizar a superexploração

da força de trabalho, extraindo da periferia parcelas significativas da mais-valia ao controlar à distância os processos materiais de exploração.

Com esse ponto de partida pretendemos reproduzir, de maneira heurística, a clássica elaboração de Castells (1973), para quem cada “situação de dependência”, vinculada a uma forma ou fonte de dominação – “colonial”, “capitalista-comercial” e “imperialista (industrial-financeira)” – repercutiu em determinados processos e morfologias socioespaciais. Note-se que, apesar do caráter esquemático (cf., novamente, a Figura 1), trata-se de uma elaboração bastante processual, segundo a qual as sucessivas formas de dominação produziram “efeitos espaciais” que se acumularam no tempo e não ocorreram do mesmo modo em todos os países da América Latina. O desafio, portanto, é identificar os nexos contemporâneos entre as relações de dependência (atualizadas) e os processos de produção social do espaço.

Considerado esse viés processual, fica claro que nem tudo é novidade quando o que está em questão são os modos por intermédio dos quais os Estados centrais e os grandes monopólios<sup>5</sup> exercem sua dominação e extraem valor das periferias. Para chegar a essa conclusão, basta examinar, por exemplo, a sucessão de formas históricas da dependência tal como formulada por Paulani (2022), que destaca, especialmente, as contribuições de autores brasileiros.

Para a autora, as reflexões sobre a dependência remontam não só à teoria marxista do imperialismo, mas também ao clássico debate sobre o mecanismo das trocas desiguais, descrito nos seguintes termos: os países periféricos (e mesmo semiperiféricos) latino-americanos, desde sua origem colonial, se especializaram na exploração e exportação de bens primários (mais baratos e intensivos em trabalho e natureza) intercambiados por bens manufaturados/industrializados produzidos nos países centrais. Esse mecanismo foi analisado, no pós-II Guerra Mundial, pelos fundadores do pensamento histórico-estrutural latino-americano (Raúl Prebisch e Celso Furtado), daí porque a designação “**Dependência original ou cepalina**” atribuída a essa primeira forma, em alusão às concepções de autores ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ainda hoje, sem dúvida, não só os países latino-americanos, mas de outras regiões do planeta, como os da África, são muito dependentes da comercialização de produtos agrícolas, minerais e

---

<sup>5</sup>Como dito, utilizamos esse conceito no sentido defendido por Amin (2011): “O capitalismo contemporâneo é um capitalismo de monopólios generalizados. Com isto quero dizer que os monopólios não são já mais ilhas grandes num mar de empresas relativamente autônomas, mas que são um sistema integrado, que controla absolutamente todos os sistemas de produção. Pequenas e médias empresas, mesmo as grandes corporações que não são estritamente oligopólios, estão sob controle de uma rede que substitui os monopólios. Seu grau de autonomia viu-se reduzido ao ponto de se converterem em subempreiteiras dos monopólios”.

energéticos. E é isso que estimula os debates contemporâneos acerca da reprimarização, do neoextrativismo e das “trocas ecológicas desiguais” (Moore, 2023).

Na sequência, Paulani (2022) sugere a existência de uma “**Nova dependência I**”, típica dos anos 1960-1970, organizada em torno da remuneração do capital estrangeiro empregado na expansão da industrialização dos países latino-americanos. O benefício para os países centrais decorrendo, nesse caso, da remessa de lucros e da garantia de mercados extras para suas multinacionais. Apesar das diferenças de abordagem, Theotônio dos Santos, de um lado, e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, de outro, teriam sido alguns dos autores mais importantes na descrição e análise dessa segunda forma histórica. Também não há dúvidas de que, ainda hoje, a remessa de lucros se impõe como uma das modalidades de transferência de excedentes da periferia para o centro.

Já nos anos 1980, diante de um cenário de recessão e endividamento crônico, surge outra forma histórica da dependência, nomeada “**Nova dependência II**”. Tratava-se, àquela altura, ainda de acordo com Paulani (2022), de grandes transferências de valor por meio da remuneração do capital monetário estrangeiro emprestado aos países latino-americanos, algo que foi objeto de reflexão, mais uma vez, por Celso Furtado. Isto é, a partir desse momento, a dependência já assume um “aspecto rentista”, numa espécie de “inserção passiva” (Paulani, 2013) nas dinâmicas de financeirização do capitalismo.

No que concerne aos anos 1990, caberia falar de uma “**Novíssima dependência**”, marcada pelo crescente monopólio do progresso tecnológico e pelos constrangimentos à autonomia dos países dependentes no campo da gestão macroeconômica. Haveria, ao mesmo tempo, um salto de qualidade na segmentação dos processos produtivos, iniciada na década de 1970, e um impulso cada vez maior de desregulamentação financeira, próprio da “inserção ativa” (Paulani, 2013) dos países periféricos na financeirização. Conforme Paulani (2022), autores como Ruy Mauro Marini, José Luís Fiori e Francisco de Oliveira destacaram-se ao oferecer alguns dos principais argumentos que permitiriam falar dessa nova forma histórica, coincidente com o período de hegemonia do neoliberalismo.

Marini ([1997] 2008), particularmente, estava diante de um grande dilema teórico. Em *Dialética da dependência*, de 1973, ele havia defendido que uma das características distintivas da condição de dependência latino-americana residia na “superexploração do trabalho”, que operava como uma compensação das transferências de valor da periferia para o centro. Isto é, para aumentar a parte dos excedentes que permanecia no nível interno, as classes dominantes tendiam a pagar salários abaixo do valor da força de trabalho, tanto quanto a submeter os trabalhadores, de maneira generalizada, a situações

de prolongamento e/ou intensificação das jornadas de trabalho (mais valia-absoluta). Porém, no contexto da globalização, a superexploração estaria cada vez mais presente nos países centrais. Quer dizer, se essa não é mais uma especificidade dos países periféricos, que fatores explicariam a perpetuação da dependência? Para Marini ([1997] 2008), eles estavam fundados, justamente, na perda de autonomia macroeconômica, no monopólio tecnológico e na segmentação da produção em escala global.

Mas e quanto às primeiras décadas do século XXI? De acordo com Paulani (2022), atualmente, emerge uma “**Dependência 4.0**”, que radicaliza as tendências da novíssima dependência, transformando não só o rentismo, mas também o atual ciclo de inovações tecnológicas (com destaque para o advento das plataformas digitais e da uberização do trabalho) em chaves fundamentais de explicação da condição de dependência. Ou seja, contemporaneamente, a remuneração dos capitais que se especializaram na busca por diferentes modalidades de renda, inclusive as que são passíveis de captura via tecnologias digitais, estaria no cerne das transferências de valor da periferia para o centro.

Em geral, estamos de acordo com a perspectiva de Paulani (2022), mas defendemos a necessidade de incluir o neoextrativismo (nos sentidos estrito e ampliado) na caracterização da atual forma histórica da dependência. Por essa razão, utilizamos não só as expressões dominação financeiro-tecnológica ou financeiro-informacional, mas, igualmente, a designação “**Dependência rentista-neoextrativista**” (Ribeiro; Diniz, 2025a; 2025b; Matela, 2025) para descrever e analisar o que se passa no nível das relações de dependência no início do século XXI. É no contexto dessa nova atualização da dependência que os países latino-americanos, o Brasil em particular, têm sido reposicionados, de maneira ainda mais subalterna, na divisão internacional do trabalho.

De modo mais concreto, sustentamos que estão em vigor um padrão de dominação e um conjunto de situações de dependência que operam por meio de quatro vias principais de vinculação/subordinação das periferias aos centros do capitalismo do século XXI:

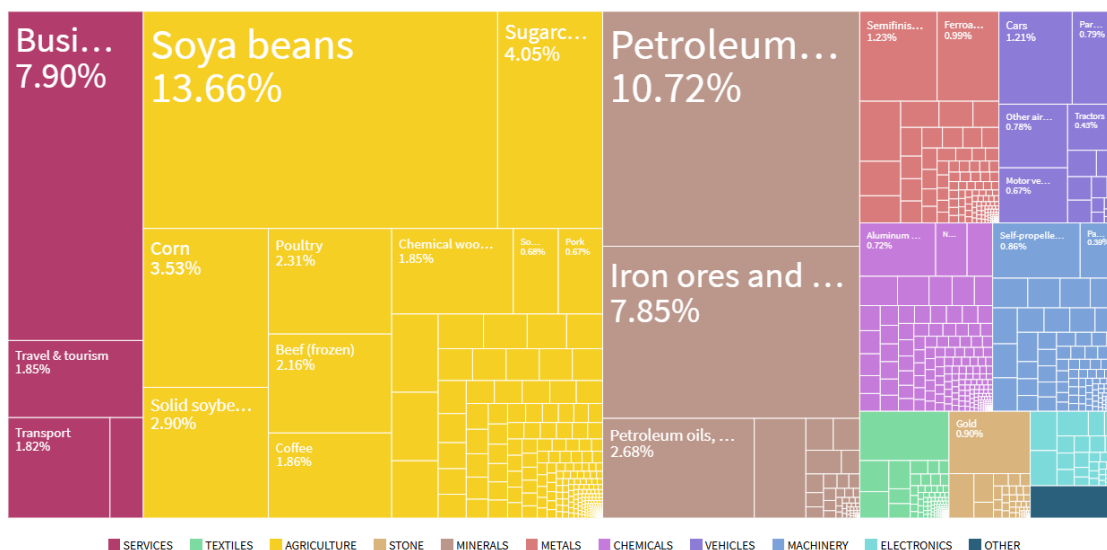
- i) A **via do neoextrativismo**, no sentido estrito da reespecialização na produção de bens agrícolas, minerais e energéticos, que exige considerar o advento do “neoextrativismo em formas extremas” (Svampa, 2018), isto é, cada vez mais espoliativo, devastador e afastado de suas contrapartidas distributivistas;
- ii) A **via da financeirização**, que não só repõe, crescentemente, os constrangimentos em termos de gestão macroeconômica, como abre caminho para a conversão de uma

série de bens (inclusive bens públicos e/ou comuns) dos países dependentes em ativos financeiros (a chamada assetização);

- iii) A **via da plataformização**, que pode ser compreendida à luz do conceito ampliado de neoextrativismo, remetendo à captura de valor por intermédio da posição monopolística (ou quase monopolística) que determinadas plataformas digitais assumiram nas esferas do comércio e dos serviços desses países;
- iv) A **via das cadeias globais de valor (CGV)**, nos elos efetivamente produtores e/ou montadores de bens industriais, sobressaindo, nesse último caso, a grande capacidade que os monopólios obtiveram, nas últimas décadas, no que concerne à “arbitragem global do valor da força de trabalho” (Smith, 2024).

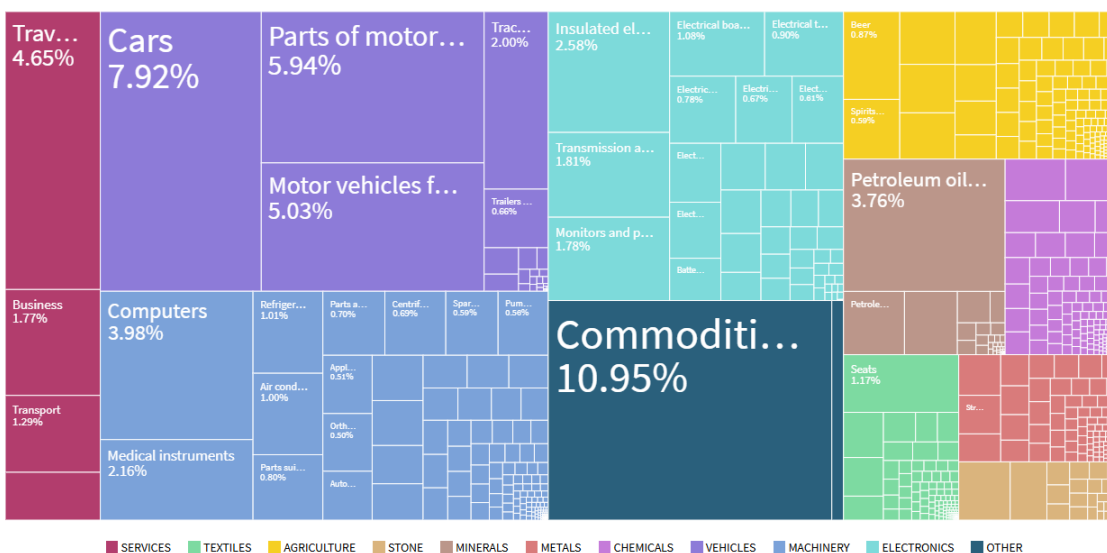
Evidentemente, os modos como cada região e/ou país periférico são inseridos nas dinâmicas dessas quatro vias obedecem a uma lógica de desenvolvimento geográfico desigual, na forma de combinações específicas dessas vias, embora com a predominância de algumas. Em alguns países asiáticos, por exemplo, assim como no México, para ilustrarmos com um caso latino-americano, a via das CGV é central na determinação das modalidades de vinculação subordinada à DIT. No que tange ao Brasil, por sua vez, a via da reespecialização na produção de bens agrícolas, minerais e energéticos cumpre papel de relevo. Essa diferença pode ser observada quando comparamos o perfil das pautas de exportação brasileira (Figura 3) e mexicana (Figura 4).

**Figura 3 – Perfil das exportações brasileiras em 2023**



**Fonte:** The Atlas of Economic Complexity. Disponível em: <https://atlas.hks.harvard.edu/explore/treemap?exporter=country-76>. Acesso em 07 ago. 2025.

**Figura 4 – Perfil das exportações mexicanas em 2023**



**Fonte:** The Atlas of Economic Complexity. Disponível em: <https://atlas.hks.harvard.edu/explore/treemap?exporter=country-484>. Acesso em 07 ago. 2025.

E é aqui que se torna importante mobilizar conceitos que permitam articular diferentes escalas e níveis de análise numa compreensão das particularidades de cada caso, mas sem perder de vista as dinâmicas e tendências sistêmicas do capitalismo contemporâneo.

#### 4.1 O padrão exportador de especialização produtiva

Quando falamos da necessidade de articular diferentes escalas e níveis de análise, estamos aludindo, mais precisamente, à noção de “padrão de reprodução do capital”, esboçada por Marini ([1979] 2012) e desenvolvida por Osorio (2012a). Noção que funciona como uma mediação entre categorias mais gerais e abstratas, como modo de produção e sistema mundial, e categorias que operam em níveis mais concretos, como formação econômico-social e conjuntura. Ao estabelecer essa noção, os referidos autores buscavam demonstrar como o capital se reproduz, de forma particular, em períodos históricos e espaços geoeconômicos específicos. Dessa maneira, o padrão de reprodução do capital abre caminho para uma abordagem que enfatiza o “modo específico pelo qual o capital percorre as distintas fases de seu ciclo nas economias dependentes” (Ferreira; Luce, 2012, p. 15). Assim, é possível analisar como os espaços periféricos participam, em dado momento, das diferentes fases e ciclos do processo global de produção do valor, considerando aspectos como a composição e a origem dos capitais empregados em cada setor, seus distintos níveis de produtividade, as formas de exploração do trabalho, o papel do Estado e os padrões de inserção internacional.

Ao esboçar essa noção, Marini ([1979] 2012) estava interessado em evidenciar a ocorrência, nas economias dependentes, de uma “cisão do ciclo do capital”, levando em conta três fases: i) a primeira fase de circulação  $C^1$  (D-M...); ii) a fase da produção e acumulação (...P...); e iii) a segunda fase da circulação  $C^2$  (...M'-D'), isto é, a fase de realização do capital. Em consonância com o autor, pode-se dizer que, ao contrário das economias centrais, onde essas três fases se dão de maneira relativamente completa no mesmo território e/ou domínio organizacional, nas economias dependentes esse ciclo é “cortado”.

Há várias maneiras de descrever essa cisão. Por exemplo, como parte essencial dos capitais e das tecnologias que precisam ser mobilizados na fase  $C^1$  (capital dinheiro, bens de capital e insumos estratégicos) tende a ser produzida nos países centrais (ou estar sob seu controle e de suas empresas), os países periféricos se especializam na produção de bens primários e/ou de manufaturas simples. Quer dizer, por limitações estruturais (como a “dependência tecnológica” e a “dependência da poupança externa”), as economias periféricas se especializam nos segmentos menos complexos do ciclo.

Como vimos, esse tipo de cisão do ciclo do capital estava bastante presente na “Dependência original ou cepalina”, tal como designada por Paulani (2022). Mas, ainda conforme Marini ([1979] 2012), mesmo na fase de internalização dos segmentos mais

avançados da indústria nos países dependentes (“Nova Dependência I”), essa cisão se recolocava, dentre outros motivos por que os trabalhadores superexplorados desses segmentos não consumiam (ou tinham muita dificuldade de consumir) o que produziam e, além do mais, os lucros eram remetidos para as matrizes. Ou seja, ainda que aspectos decisivos das fases C<sup>1</sup> (como a participação do Estado nos setores de bens de produção e intermediários), P e C<sup>2</sup> tenham sido parcial ou totalmente internalizadas em diversos segmentos, parte importante dos excedentes continuava a ser transferida para o centro e o ciclo do capital continuava cindido, reforçando a necessidade de compensação interna via superexploração do trabalho.

Osorio (2012a, 2012b), por sua vez, não só buscou “teorizar” e, ao mesmo tempo, “historicizar”, ainda mais, o argumento sobre o padrão de reprodução do capital, examinando sobretudo os casos do Chile e do México. Mais recentemente, esteve empenhado em descrever as tendências próprias da substituição do “padrão industrial de reprodução do capital” por um “padrão exportador de especialização produtiva”. Sua abordagem sugere que “*em situações históricas específicas [...] não se deve perder de vista que são alguns setores e ramos que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que se constituem em eixos da acumulação e da reprodução do capital*” (Osório, 2012a, p. 42, grifos do autor). Partindo dessa abordagem, o autor caracteriza o novo padrão exportador de especialização produtiva (identificado com processos como a reprimarização e a desindustrialização das economias latino-americanas) do seguinte modo:

A constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial, que, com diversas etapas (internalizada e autônoma; e diversificada), prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da de 1970, nas principais economias da região. Na maioria das economias, o novo padrão exportador implicou uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização. Em todas as economias, o novo padrão pressupôs o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos como uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais (Osorio, 2012b, p. 106).

Considerando as contribuições de Marini ([1979] 2012) e Osorio (2012a; 2012b), defendemos que há, de fato, um novo padrão de reprodução do capital no Brasil, controlado por grandes grupos econômicos (empresas multinacionais, monopólios, investidores financeiros etc.), promovido pelo Estado e fundado em três eixos principais:

- i) O **eixo financeiro**: exportador não só de lucros, mas sobretudo de juros, royalties, dividendos etc. Aqui, pode-se aludir, por exemplo, ao modo como o rentismo fundado na dívida pública e na remessa de dividendos de empresas como a Petrobrás são fontes de transferência de valor<sup>6</sup>;
- ii) O **eixo agromineral**: exportador de recursos agrícolas, minerais e energéticos, que, embora de maneira renovada, remonta ao que há de mais clássico na posição subordinada do país na DIT; e
- iii) O **eixo plataformizado**: exportador de dados, mas principalmente de rendas imobiliárias (como no caso das plataformas de aluguel de curto prazo) e de rendas advindas da reconfiguração do terciário pelas plataformas de comércio e serviços urbanos, à medida que o Brasil se converte em uma das principais frentes de expansão dessas plataformas<sup>7</sup>.

Ressalte-se que, na formulação original de Osorio (2012b), apenas os dois primeiros eixos estavam presentes, em uma perspectiva muito semelhante à de Paulani (2013), que sustenta que o Brasil foi transformado em uma plataforma de valorização financeira e de exportação de *commodities*. Para nós, trata-se, na verdade, do advento de uma tripla plataforma, envolvendo, igualmente, o eixo supramencionado de expansão das empresas digitais de comércio e serviços. Isso posto, o desafio que se coloca é responder à seguinte questão: como fica a ordem urbano-regional brasileira diante da ascensão da nova forma histórica da dependência (rentista-neoextrativista) e do novo padrão de reprodução do capital (exportador de especialização produtiva)? A seguir, esboçaremos nossas principais hipóteses a esse respeito, salientando tópicos que merecem a atenção de pesquisas subsequentes sobre a nova urbanização dependente no Brasil, sem perder de vista, ainda, a possibilidade de encontrar processos semelhantes em outros países latino-americanos.

#### 4.2 Por uma agenda de pesquisa sobre a nova urbanização dependente

Nosso projeto de pesquisa acerca da nova urbanização dependente no Brasil, desenvolvido no *Observatório das Metrôpoles* e que resultou na publicação da coletânea “*A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista*”, está fundado na

---

<sup>6</sup>Estima-se que 47,51% dos acionistas da Petrobrás sejam investidores estrangeiros. Além disso, esses mesmos investidores estrangeiros representam a maior participação proporcional na bolsa de valores brasileira (55,80% em 2024, segundo dados da B3).

<sup>7</sup>Segundo dados da própria empresa, de 2025, o Brasil é o país com o maior número de motoristas cadastrados na plataforma Uber e reúne 6 das 10 principais cidades com o maior fluxo de viagens realizadas.

seguinte hipótese inicial: no Brasil contemporâneo, há uma série de tendências, dinâmicas e morfologias socioterritoriais cuja determinação se encontra, de modo decisivo, mas não exclusivo, no nível das relações de dependência. Portanto, resgatamos os debates clássicos sobre a urbanização dependente na América Latina para sugerir que existe algo de fundamental na organização do espaço, ou melhor, da ordem urbano-regional dos países dependentes que segue sendo determinado por suas formas de inserção subordinada no capitalismo global. A nosso ver, esses debates podem e devem ser atualizados incorporando referências e questões atuais da teoria urbana crítica.

Note-se que, ao empregarmos o conceito de ordem urbano-regional (Ribeiro; Diniz, 2025a; 2015b), remetemos à necessidade de analisar a produção social do espaço de maneira totalizante e à luz das dimensões econômicas, políticas e sociais que moldam a acumulação de poder e capital. Assim, advogamos que a nova urbanização dependente corresponde a múltiplos ajustes ou ordenamentos espaço-temporais (Harvey, [1982] 2013) dos territórios da periferia do capitalismo. Ajustes que são impulsionados por forças não controladas (ou pouquíssimo controladas) endogenamente.

É desse modo que, no Brasil em particular, o território é agenciado, em diversas escalas, para tornar o mais eficiente possível a circulação e a valorização do capital, sobretudo nos três eixos do padrão de reprodução acima mencionado (os eixos financeiro, agromineral e plataformizado). No limite, como já assinalamos em trabalho anterior (Ribeiro; Diniz, 2025b), pode-se falar da emergência de uma “ordem urbano-regional imperialista”, já que os nexos entre a forma contemporânea de dominação (financeiro-tecnológica) e seus efeitos socioespaciais são cada vez mais fortes e diretos. E esse é um dos indicadores de que o país está passando, no século XXI, por um processo de reperiiferização, à medida que perde o controle de sua matriz socioespacial.

Tudo isso nos leva a desdobrar e ampliar a hipótese anterior, estabelecendo o seguinte: a nova forma histórica da dependência (rentista-neoextrativista) e o novo padrão de reprodução do capital (exportador de especialização produtiva) são vetores do advento de uma nova ordem urbano-regional no Brasil, que radicaliza alguns traços da ordem anterior (industrial) ao mesmo tempo que inaugura tendências, dinâmicas e morfologias que não estavam dadas até a passagem do século XX ao XXI.

Em nossa perspectiva, as características dessa nova ordem urbano-regional expressam o aprofundamento do caráter antissocial, antidemocrático e antinacional do capitalismo brasileiro. Isso porque as diversas modalidades de agenciamento, subsunção e/ou expropriação do território que surgem no Brasil contemporâneo acentuam o histórico

divórcio entre a estrutura produtiva e o atendimento das necessidades das massas, o que, segundo Luce (2023), é, desde sempre, um dos efeitos da dependência latino-americana.

Isso posto, tomando o caso brasileiro como objeto, mas sugerindo a possibilidade de explorar questões semelhantes no estudo de outras realidades latino-americanas, defendemos a construção de uma agenda de pesquisa que considere ao menos:

- i) **As dinâmicas da urbanização planetária e/ou extensiva**, que apontam para novas articulações das hinterlândias do mundo inteiro (áreas rurais, regiões de extração de recursos naturais, de concentração de infraestruturas logísticas, de produção de energia etc.) com as metrópoles tradicionais e outras centralidades urbanas que emergiram na transição do século XX ao XXI, como as cidades globais. Essas hinterlândias têm sido convertidas, de acordo com Brenner (2016), em “paisagens operacionais”, em virtude do redesenho de atividades industriais, logísticas e extrativistas para otimizar as condições sociais, institucionais e ecológicas que favoreçam a acumulação de capital especialmente em setores voltados aos mercados externos. Também é pertinente recorrer, aqui, ao conceito de “urbanização extensiva”, de Monte-Mór (1996; 2006), utilizado para analisar o surgimento de espaços híbridos que funcionam como um prolongamento/estilhaçamento do tecido urbano, tornando mais difícil estabelecer os limites entre o campo e a cidade. O autor se ocupou, originalmente, da Amazônia brasileira, mas há um relativo deslocamento do dinamismo econômico e demográfico para as hinterlândias do país como um todo, sobretudo as que estão mais fortemente conectadas com o novo modelo primário-exportador. Sendo assim, no que tange a esse tópico, é possível levantar questões, por exemplo, acerca das consequências desse deslocamento na organização da rede urbana e no perfil dos movimentos migratórios;
- ii) **As dinâmicas de homogeneização/diferenciação do território**, que indicam o território nacional tendem a ser homogeneizado pelo capital através da ação dos mecanismos de seletividade espacial<sup>8</sup> operados pela distribuição da infraestrutura econômica e pela criação de um marco regulatório que atendem às condições gerais e particulares da circulação do capital. Disto resulta um conjunto de morfologias

---

<sup>8</sup> O conceito de seletividade espacial foi formulado Milton Santos em várias de suas obras. Trata-se de um pilar da sua análise crítica sobre as desigualdades territoriais no capitalismo periférico. Refere-se ao mecanismo pelo qual o capital (apoiado pelo Estado) escolhe seletivamente áreas do espaço geográfico para investimentos, infraestrutura e inovação, enquanto marginaliza outras, aprofundando assimetrias regionais e urbanas.

socioterritoriais bastante expressivas da nova urbanização dependente, como as cidades do agronegócio (Elias, 2025), as cidades logísticas e dos galpões (Diniz; Gonçalves, 2022), os municípios minerados (Ferrari; Fontes; Souki, 2022), as cidades petrolíferas (Cruz, 2003) etc. Trata-se de morfologias que, apesar de diferenciadas, obedecem ao mesmo imperativo: homogeneizar as condições técnicas, regulatórias, ambientais e infraestruturais indispensáveis à fluidez do capital, das mercadorias e das informações nos principais circuitos de acumulação abrangidos pelo padrão exportador de especialização produtiva. Assim, as cidades do agronegócio e os municípios minerados, com seus respectivos corredores logísticos, cujos últimos elos tendem a ser as cidades portuárias, evidenciarão a busca por essa fluidez no eixo das atividades agrominerais. Por sua vez, as cidades dos galpões e dos condomínios logísticos, mais próximas dos núcleos metropolitanos, cumprirão o mesmo papel na esfera do *e-commerce*, no eixo da plataformização, que também precisa ser examinado à luz de fenômenos como a incidência das plataformas de aluguel de curto prazo, como a Airbnb, nos preços imobiliários e nos direitos à moradia e à cidade. Cabe explorar, ainda, a tendência de difusão, nessas e em outras cidades de porte médio, de novos produtos e serviços financeiro-imobiliários, dando lugar a uma expansão das “fronteiras da financeirização urbana” para além das metrópoles, como a coletânea organizada por Shimbo (2025) constata no interior de São Paulo. É possível explorar, do mesmo modo, a hipótese de que esses produtos e serviços estejam vinculados a uma oferta prioritariamente direcionada às classes gerenciais, aos trabalhadores qualificados e a outros segmentos afluentes tributários do modelo primário-exportador. Também está colocado, aqui, o desafio de verificar até que ponto a chamada financeirização urbana funciona, de fato, como um vetor de transferência de excedentes da periferia para o centro do capitalismo, via participação, por exemplo, de investidores estrangeiros em fundos imobiliários que operam no país. Seja como for, o mais importante, nesse tópico, é encontrar caminhos para demonstrar como essas morfologias socioterritoriais e a difusão das atividades que lhe dão origem estão relacionadas com o incremento dos processos de reestruturação urbano-regional no Brasil, tal como Elias (2025) defende que esteja ocorrendo no âmbito do agronegócio, de suas cidades e regiões produtivas;

- iii) **As dinâmicas da urbanização subdesenvolvida**, que exigem considerar, resgatando as contribuições de Santos ([1980] 2021), a ideia de que as cidades dos países dependentes tendem a funcionar “como um corpo estranho, alógeno, inserido

em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo” (p. 109). Ainda conforme o autor, isso poderia ser descrito na forma de uma dupla alienação, pois a “cidade mesma nasce para servir a interesses distantes e, por outro lado, sua zona de influência é, muitas vezes, um desses ‘espaços derivados’, cuja vida depende, em grande parte, de fatores externos” (p. 109). Para nós, não restam dúvidas de que as morfologias socioterritoriais supramencionadas funcionam dessa maneira, o que faz lembrar mais uma elaboração clássica de Santos (1993), o conceito de “urbanização corporativa e fragmentada”. Nos sentidos atribuídos pelo autor, as cidades (e as metrópoles) de países como o Brasil são corporativas, em primeiro lugar, porque estão organizadas, acima de tudo, para atender aos interesses das grandes corporações. Mas também porque são altamente seletivas no que concerne à oferta de bens e serviços de consumo coletivo, atendendo, na maior parte das vezes, apenas a alguns segmentos sociais, os quais, por seus privilégios, assumem o aspecto de verdadeiras “corporações”, obstruindo a ampliação da cidadania. Tudo isso muito afinado, igualmente, com as formulações de Ferreira (2000), para quem a “cidade subdesenvolvida expressa a marginalidade social” e “a subordinação absoluta à lógica dos negócios, através da histórica superexploração do trabalho e super-depredação do meio ambiente” (p. 7). Em suma, no que tange a esse tópico, as questões centrais dizem respeito à necessária atualização das reflexões sobre uma espécie de “desenvolvimento do subdesenvolvimento urbano”. Quer dizer, a ordem urbano-regional brasileira que emerge no século XXI tende a agravar e generalizar históricas carências urbanas, formas de marginalização, de desigualdade e segregação socioespacial, como é o caso do surgimento de favelas nas cidades do agronegócio (Figura 5). Além disso, abordado dessa maneira, esse tópico deve enriquecer as investigações acerca das conexões entre vulnerabilidade social e risco ambiental, algo tanto mais urgente diante das mudanças climáticas e de seus crescentes impactos nos espaços urbanos;

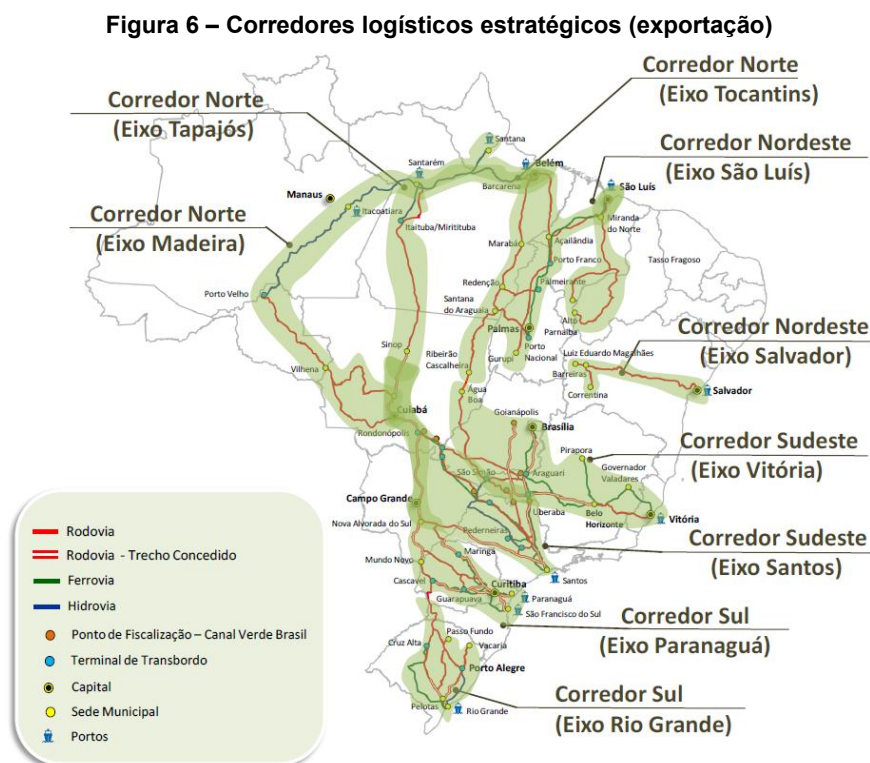
**Figura 5 – Favela em formação no município de Sinop (Mato Grosso), um dos maiores produtores de soja do Brasil**



Fonte: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/04/opulencia-segregacao-social-e-fome-nas-capitais-do-agronegocio/>.

iv) **As dinâmicas de fragmentação do território**, passíveis de análise, por exemplo, através da retomada das elaborações de Pacheco (1998), que ofereceu novos olhares sobre a questão regional brasileira tendo em vista a intensificação dos processos de globalização da economia nacional nos anos 1990. Tratava-se, em linhas gerais, de assinalar o advento de enclaves competitivos voltados prioritariamente à exportação e que “fragmentavam a nação” ao destruir ou dispensar a solidariedade territorial e os encadeamentos intersetoriais erigidos na fase de industrialização do país. Em grande medida, Pochmann e Silva (2023) chegaram, mais recentemente, a conclusões semelhantes, pois sua leitura da “desmodernização neoliberal” ressalta, entre outros aspectos, os efeitos espaciais da derrocada do aparelho produtivo complexo, integrado e diversificado do período desenvolvimentista. A atualização dos argumentos de Pacheco (1998) tem sido realizada por autores como Yassu e Klink (2024), para quem o surgimento “de recortes espaciais competitivos ligados aos setores primário-exportadores [...] nas últimas cinco décadas tem promovido uma reestruturação do espaço nacional, gerando uma tendência à fragmentação da nação” (p. 1). Ainda de acordo com os autores, o que está em jogo é a ascensão de uma “coalização desintegradora neoextrativista”, que atua para capturar o Estado brasileiro e orientar suas políticas econômicas e territoriais no sentido da construção das infraestruturas logísticas e das condições gerais de produção demandas sobretudo pelos segmentos exportadores

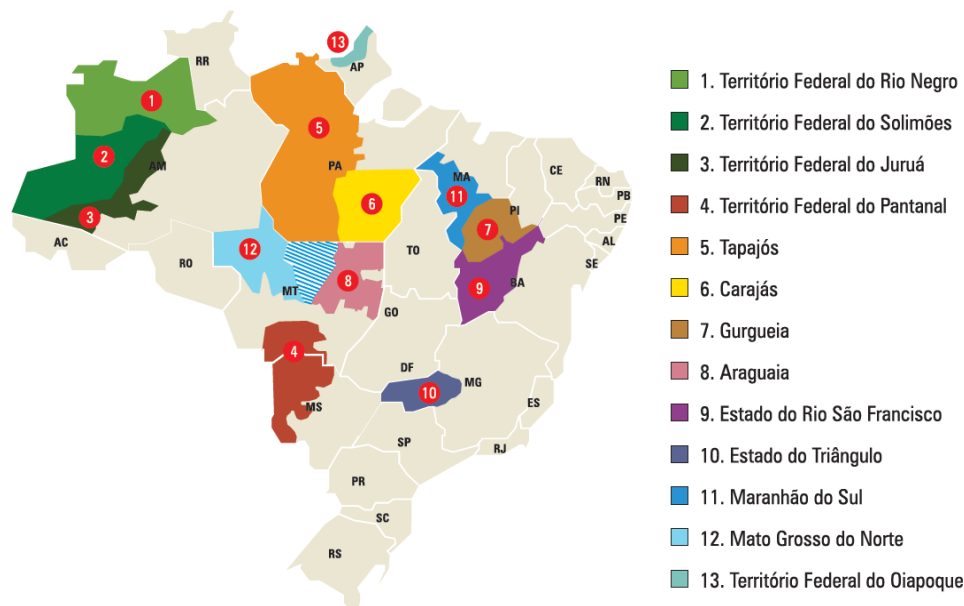
de bens agrícolas, minerais e energéticos<sup>9</sup>. Há muitas maneiras de investigar e demonstrar como as dinâmicas de ascensão das aglomerações urbano-regionais neoextrativistas tendem a fragmentar o território, como é caso, por exemplo, da possibilidade de construir reflexões sobre as correspondências entre a expansão da fronteira agrícola (cf., novamente, a Figura 2), a localização dos principais corredores logísticos (Figura 6) e as propostas de desmembramento e criação de novos estados no país (Figura 7);



Fonte: [https://www.gov.br/transportes/pt-br/centrais-deconteudo/relatorio\\_corredores\\_logisticos\\_sojamilho\\_v1-2.pdf](https://www.gov.br/transportes/pt-br/centrais-deconteudo/relatorio_corredores_logisticos_sojamilho_v1-2.pdf).

<sup>9</sup>Para Yassu e Klink (2024), a “coalizão neoextrativista, em última instância, pleiteia a liberdade e a autonomia do complexo produtivo e do próprio território, contra qualquer regulação e contra os interesses do restante da nação, reforçando seu caráter antidemocrático e autoritário. A liberdade e a autonomia deste complexo produtivo, não permite qualquer tipo de regulação estatal sobre o meio ambiente, o trabalho e a terra. A coalizão, agora ancorada numa aliança de interesses financeiros e extrativos multiescalares, traz novas dimensões à fragmentação da nação” (p. 23). Além disso, os autores observam que “o neoextrativismo, como via de desenvolvimento sustentada na exploração de recursos naturais com pouco ou nenhum processo de transformação que gere encadeamentos e integração produtiva, é incapaz de dar dinamismo à economia, frágil e exposta ao sabor da ciranda financeira” (p. 23).

**Figura 7 – Propostas de criação de novos estados no Brasil (em tramitação)**



Fonte: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v64n1/03.pdf>

- v) **As dinâmicas de desconcentração/reconcentração urbana**, que permitem levantar a seguinte questão fundamental: que perfil e quais funções assumem as metrópoles brasileiras na ordem urbano-regional do século XXI? Historicamente, nossa formação territorial e econômica se deu a partir de um intenso magnetismo desempenhado pelas metrópoles primazes, isto é, as que sediaram e dirigiram o duplo processo de industrialização/urbanização do Brasil, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Posteriormente, o fenômeno da metropolização se disseminou pela rede urbana do país, em função da constituição de uma divisão territorial do trabalho sob o comando das metrópoles primazes, que concentraram os poderes econômico, social e político. Porém, dados recentes, como os do censo de 2022, vêm realimentando os debates, que já estavam em curso ao menos desde os anos 1980-1990, sobre a hipótese da desmetropolização. Existem muitas formas de abordar esse tópico. O retorno à ideia da “involução metropolitana”, como pautado por Santos (1993), pode ser um caminho interessante para a compreensão das dinâmicas mais atuais. Botelho (2019), por sua vez, defende a hipótese da desconexão das metrópoles em relação ao contexto nacional, uma vez que elas estariam se convertendo em centralidades mais conectadas com as dinâmicas do capitalismo global. Já as pesquisas desenvolvidas no *Observatório das Metrôpoles* indicam, por exemplo, a possibilidade de vincular tendências de “desmetropolização

sociopolítica” com uma dinâmica de “desindustrialização regressiva”. Tunnes (2024), por fim, tende a se afastar das leituras mais orientadas por uma ênfase no par desindustrialização/desmetropolização, atribuindo relevo ao processo de concentração das inovações nos espaços metropolitanos. Enfim, as alternativas são inúmeras. De todo modo, sustentamos a necessidade do desenvolvimento de pesquisas de caráter multidimensional, levando em conta aspectos demográficos, econômico-produtivos, financeiros, sociais etc. Sugerimos, assim, que sejam elaboradas análises que iluminem a interação entre “forças centrífugas” e “forças centrípetas”. Isso porque, no Brasil contemporâneo, estariam convivendo forças centrípetas, de retirada da vitalidade econômica e produtiva das metrópoles, e forças centrífugas, de reforço à sua centralidade, com base na reorganização político-institucional e das funções de comando exigidas pelo novo padrão de reprodução do capital. Basta pensar, a título de ilustração, na evidência de que as sedes das maiores empresas do agronegócio, da mineração e do setor de energia que operam no Brasil seguem concentradas nas metrópoles.

## **5. Considerações finais: o papel do Estado no novo ciclo de superexploração do trabalho e de espoliação urbana**

Como já sugerido, este artigo é o produto mais recente de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do *Observatório das Metrôpoles* e que busca estabelecer um novo marco teórico de compreensão da ordem urbano-regional que está se constituindo no Brasil do século XXI. Em nossa opinião, isso exige, antes de tudo, descrever as mudanças no funcionamento do capitalismo contemporâneo, daí porque nosso esforço de caracterização do padrão de acumulação (rentista) e do modo de operação do capital (neoextrativista) que predominam, atualmente, no mundo e na América Latina.

Mas o Brasil e os demais países latino-americanos estão constitutivamente (e cada vez mais) subordinados por relações de dominação. Isso explica por que temos nos empenhado em resgatar os clássicos debates sobre a dependência e a urbanização dependente. Como visto, nosso argumento é relativamente simples, mas, de maneira nenhuma, mecânico ou esquemático: às diferentes situações de dependência, que mudam com o tempo e variam no espaço, correspondem determinadas tendências, dinâmicas e morfologias socioterritoriais, tanto mais expressivas do que se passa no nível das relações de dependência quanto mais forte e diretamente elas se impõem.

Esse é o caso, nesse início de século, quando uma série de ordenamentos espaço-temporais convertem países como o Brasil não só em plataformas de exportação de *commodities* (reprimarização) e de valorização financeira (financeirização), mas também em plataforma privilegiada de expansão do comércio e dos serviços digitais (plataformização). E isso nos levou a acompanhar e ampliar as elaborações de Osorio (2012a; 2012b) sobre o novo padrão de reprodução do capital (exportador de especialização produtiva) vigente no país.

Combinados, o atual modo de funcionamento do capitalismo, a nova forma histórica da dependência (rentista-neoextrativista) e o padrão contemporâneo de reprodução do capital repercutem em todas as dimensões da vida econômica e social brasileira, inclusive a dimensão urbano-regional, a respeito da qual delineamos, na seção anterior, tópicos para a construção de uma agenda de pesquisa. Mas gostaríamos, por fim, de assinalar que existem no mínimo mais dois tópicos que deveriam ser levados em conta no campo dos estudos urbanos e regionais e no contexto da reconstrução da teoria urbana crítica latino-americana.

O primeiro deles se refere às novas formas de conexão entre a precariedade no mundo do trabalho e a precariedade da vida urbana. Quer dizer, como sempre, no Brasil do século XXI, a precariedade na esfera da produção tende a não ser compensada por condições de reprodução adequadas nas cidades. Defendemos, portanto, a urgência de recuperar a longa tradição das pesquisas que buscavam articular a reflexão sobre a “dilapidação da força de trabalho na esfera da produção” (superexploração do trabalho) com a reflexão sobre a “dilapidação da força de trabalho na esfera da reprodução urbana”. Kowarick (1979), por exemplo, preocupado com essa articulação tal como deveria ser feita no período da industrialização, ofereceu uma chave de leitura muito importante: o conceito de espoliação urbana.

Sustentamos que abordagens como a de Kowarick (1979) permitem descrever e analisar como os trabalhadores plataformizados são, por um lado, submetidos às novas (e velhas) formas de sub-remuneração e de intensificação/prolongamento das jornadas de trabalho. Tanto quanto são, por outro lado, submetidos a novas (e igualmente velhas) modalidades de espoliação, extração e expropriação. Como quando, apesar de eventualmente contemplados pela reversão dos efeitos mais graves da espoliação urbana clássica (ausência e/ou precariedade de serviços urbanos e de acesso à moradia), são obrigados a converter parte de seu fundo de consumo (carros, celulares, pacotes de dados

etc.) em meios de produção. Ou quando são absorvidos por mecanismos de extração/expropriação financeira (endividamento, jogos de azar digitais, *bets* etc.).

O segundo tópico diz respeito ao papel ativo do Estado na promoção do atual padrão de reprodução do capital no Brasil. Hoje, o Estado brasileiro é cada vez mais capturado não só pela lógica do rentismo e da “fiscalidade” orientada para limitar o endividamento e os gastos públicos. O Estado é um agente central na viabilização de uma dupla subsunção, do território e da força de trabalho. Isto é, ele foi quase completamente capturado pelo bloco de poder constituído pelas frações do capital que comandam o padrão exportador de especialização produtiva. Podemos mencionar, a título de ilustração, além do imperativo da austeridade permanente, o amplo conjunto de ajustes regulatórios pró-mercados que vêm ocorrendo no Brasil, tanto no que diz respeito à terra quanto no que se refere ao mundo do trabalho: Novo Código Florestal, Novo Marco do Saneamento, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e um longo etc. Tudo isso diante de um cenário no qual as forças que defendem um arcabouço regulatório distributivista e pautas progressistas em geral têm muita dificuldade de resistir e/ou ganhar espaço na esfera pública, como temos testemunhado, por exemplo, na atual composição do Congresso Nacional.

Torna-se, portanto, cada vez mais urgente elaborar e disputar um novo projeto de desenvolvimento do país, o que passa, a nosso ver, sobretudo pela identificação, reunião e mobilização dos sujeitos políticos capazes de desafiar a hegemonia do bloco de poder rentista-neoextrativista e de protagonizar a efetiva reconstrução da nação.

## Referências

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo y neoextrativismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más Allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI**. *Egal*, 2015, Anais, p. 1-15.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e o colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.
- ALVES, Eliseu; VIEIRA FILHO, José Eustáquio R. O que esperar da produção agropecuária do Brasil. In: PENA JUNIOR; Marcos Antônio Gomes; FRANÇOZO, Marcos Aurélio Santiago (Ed.). **O futuro da agricultura brasileira: 10 visões**. Brasília-DF: Embrapa, 2023.
- AMIN, Samir. **Por que audácia?** 2011. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2011/12/23/samir-amin-audacia-mais-e-sempre-para-derrotar-o-capitalismo/>. Acesso em 07 ago. 2025.
- BOTELHO, Maurilio Lima. A metrópole para além da nação: globalização e crise urbana. **Cadernos Metrópole**, v. 20, n. 43, p. 697-716, set/dez 2018.

- BRENNER, Neil. A hinterlândia urbanizada, urbanizada? **eMetropolis**, n. 25, ano 7, p. 6-11, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, n. 32, v. 92, p. 17-29, jan./abr., 2018.
- CASTELLS, Manuel. (org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, [1969] 1984.
- CHESNAIS, François. **Finance capital today**: corporations and banks in the lasting global slump. Leiden; Boston: Brill, 2016.
- \_\_\_\_\_. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.
- CHRISTOPHERS, Brett. **Rentier capitalism**: who owns the economy, and who pays for it? London: Verso, 2020.
- CRUZ, José Luis Vianna da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. 2003. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- DINIZ, Nelson; GONÇALVES, Pedro Paulo. As cidades dos galpões: dinâmica e contradições da urbanização logística. **eMetropolis**, ano 12, n. 49, p. 6-15, 2022.
- DOS SANTOS, Theotônio. The structure of dependence. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.
- ELIAS, Denise. **A produção da fábula do agronegócio no Brasil**: novas e velhas faces da dependência. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025.
- FERRARI, Junia, BARBOSA, Renato Fontes; SOUKI, Léa Guimarães. Governança neoliberal em territórios minerários: o investimento social privado na RMBH. **Cadernos Metrôpole**, v. 24, n. 54, p. 625–645, 2022.
- FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FURTADO, Celso. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 10-20, 2000.
- GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. **Rethinking Marxism**: a Journal of Economics, Culture & Society, v. 29, n. 4, p. 574-591, 2017.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extrativismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP; CLAES. **Extrativismo, política y sociedade**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino-Americano de Ecología Social, 2009.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- LAPAVITSAS, Costas. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. **Historical materialism**, v. 17, n. 2, p. 114-148, 2009.
- LEITE, Sergio Pereira. Estado e financeirização da agricultura brasileira: transformações em curso e implicações sociais, políticas e econômicas. In: Lavinias et. al. (Org.). **Financeirização: crise, estagnação e desigualdade**. São Paulo: Contracorrente, 2024.
- LINERA, Álvaro Garcíaa. **Geopolítica de la Amazonía: poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2013.
- LUCE, Mathias Seibel. La escisión en las fases del ciclo del capital estructura productiva y las necesidades de las masas. In: OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Org.). **Dialéctica de la dependencia: a cincuenta años**. Buenos Aires: CLACSO, 2023.
- MARINI, Ruy Mauro. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia, y globalización**. Bogotá: CLACSO, Siglo del Hombre Editores, 2008.
- \_\_\_\_\_. Dialéctica da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- \_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume 3, Tomo 1. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1986b.
- \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Volume 3, Tomo 2. O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1986c.
- MATELA, Igor Pouchain. **Padrões de produção do espaço na longa duração do capitalismo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **Border as method, or, the multiplication of labor**. Durham; London: Duke University Press, 2013.
- \_\_\_\_\_. Operations of capital. **The South Atlantic Quarterly**, 114 (1), 1-9, 2015.
- \_\_\_\_\_. **The politics of operations: excavating contemporary capitalism**. Durham e Londres: Duke University Press, 2019.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. Modernities in the jungle: extended urbanization in the Brazilian Amazonia. 1996. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – University of California, Los Angeles, 1996.
- \_\_\_\_\_. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo? Revista Paranaense de desenvolvimento, v. 111, p. 9-18, 2006.
- MOORE, Jason. **Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elfante, 2022.
- \_\_\_\_\_. O açúcar e a expansão da economia-mundo na era moderna: fronteiras da mercadoria, transformação ecológica e industrialização In: MARQUES, Leonardo; GEBARA, Alexsander. **História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023.
- OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Cedec, 1978.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

\_\_\_\_\_. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 237-261, 2013.

\_\_\_\_\_. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 64, set./dez., p. 68-106, 2022.

POCHMANN; Marcio; SILVA; Luciana Caetano da. **O Brasil no capitalismo do século XXI: desmodernização e desencadeamento intersetorial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.

POCHMANN, Marcio. **O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Editora SESC, 2021.

RIBEIRO; Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização periférica, neoextrativismo e urbanização dependente na América Latina. In: PIREZ, Pedro; RODRÍGUEZ, María Carla. **Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina: desafíos teóricos y políticos**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2022.

\_\_\_\_\_. Dependência e ordem urbana no século XXI: em busca de um marco teórico. In: **A nova urbanização dependente no capitalismo rentista-neoextrativista**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025a.

\_\_\_\_\_. A ordem urbano-regional na dependência rentista-neoextrativista: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 27, n. 1, p. 1-26, jan./dez. 2025b.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Globalização e reversão neocolonial: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, Guillermo. (org.) **Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2007

SANTOS, Agnaldo dos; CORSI, Francisco Luiz. A América Latina e as consequências do esgotamento do boom de commodities (2003-2016). **Reoriente**, v. 4, n. 1, p. 168-197, 2024.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 1993.

\_\_\_\_\_. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2021.

SCHTEINGART, Martha. **Urbanización y dependencia en América Latina**. Buenos Aires: Sia, 1973.

SHIMBO, Lucia (Org.). **A cidade em portfólio: superprodução da habitação e fronteiras da financeirização imobiliária**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025.

SMITH, John. **Imperialismo no século XXI: globalização da produção, superexploração e a crise do imperialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2017.

SUWANDI, Intan. **Cadeias de valor: o novo imperialismo econômico**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2018.

\_\_\_\_\_. **Debates latino-americanos:** indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo. São Paulo: Elefante, 2023.

TUNNES, Regina. **Geografia da inovação:** território e inovação no Brasil no século XXI. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2024.

VAROUFAKIS, Yanis. **Tecnofeudalismo.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

YASSU, Alexandre; KLINK, Jeroen. Finanças, infraestrutura e o espaço nacional: da integração produtiva à desintegração neoextrativista da nação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, n. 1, p. 1-28, 2024.

ZIBECHI, Raúl. **Os limites do progressismo:** sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Consequência: Rio de Janeiro, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.